

ANTONIO FERNANDO GOUVÊA DA SILVA

# A BUSCA DO TEMA GERADOR NA PRÁTICA DA EDUCAÇÃO POPULAR



METODOLOGIA E SISTEMATIZAÇÃO DE  
EXPERIÊNCIAS COLETIVAS POPULARES

01

Editora Gráfica Popular CEFURIA

**Título:**

**A busca do tema gerador na praxis da educação popular**

**Livro 1 da Série:**

**Metodologia e Sistematização de Experiências Coletivas Populares**

**Publicação:**

**Editora Gráfica Popular**

**Fone-Fax: (0xx41) 3346 0034**

**E-mail: e.g.p@brturbo.com.br**

**CEFURIA**

**Fone-fax: (0xx41) 3322-8487**

Praça Generoso Marques, 90 - Galeria Andrade, Edifício Astor, 66-C

Curitiba, PR CEP 80020-230

**Endereço Eletrônico: [cefuria@cefuria.org.br](mailto:cefuria@cefuria.org.br)**

**Página na Internet: [www.cefuria.org.br](http://www.cefuria.org.br)**

**Diagramação: Mainardes (41) 3039-8504**

**Capa: Cid Gonçalves**

**1ª edição: Abril de 2005.**

**2ª edição revisada e complementada: Setembro de 2007.**

Silva, Antonio Fernando Gouvêa

A busca do tema gerador na práxis da educação popular / Antonio Fernando Gouvêa da Silva ; organizadora: Ana Inês Souza. – Curitiba : Editora Gráfica Popular, 2007.

208 p. : il. ; 21 x 30 cm.

Inclui bibliografia.

1. Educação popular. I. Souza, Ana Inês.
- II. Título.

CDD ( 21ª ed.)

370.194

Texto extraído de Vitor Vicent Valla. In: Valla, V. V. (Org.) **Saúde e educação**.

Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

“(...) E neste sentido, talvez a grande guinada, a principal mudança de ótica com relação aos trabalhos que são desenvolvidos com as classes subalternas, se refira à compreensão que se tem de como pessoas dessas classes pensam e percebem o mundo.

Depois de vários esforços para melhor compreender este campo de idéias (VALLA, 1992 e 1993), duas questões têm ficado mais claras para mim. A primeira, é que nossa dificuldade de compreender o que os membros das chamadas classes subalternas estão dizendo está relacionado muito mais com nossa postura do que com questões técnicas, como, por exemplo, lingüísticas<sup>18</sup>. Falo de postura, referindo-me à nossa dificuldade em aceitar que as pessoas “humildes, pobres, moradoras da periferia” são capazes de produzir conhecimento, são capazes de organizar e sistematizar pensamentos sobre a sociedade, e dessa forma, fazer uma interpretação que contribui para a avaliação que nós fazemos da mesma sociedade.

A segunda é que, parte da nossa compreensão do que está sendo dito decorre da nossa capacidade de entender quem está falando. Com isso, quero dizer que dentro das classes subalternas há uma diversidade de grupos (MARTINS), e a percepção deste fato passa pela compreensão das suas raízes culturais, local de moradia e a relação que mantém com os grupos que acumulam capital.<sup>19</sup>

Na realidade, essa discussão — que certamente não é nova no campo de educação popular — trata das nossas dificuldades em interpretar as classes subalternas, demonstrando que a “crise de interpretação” é nossa (MARTINS), a começar pelo enfoque da idéia de “iniciativa”. Falo de “iniciativa” porque penso que na relação profissional/população, muitos de nós trabalhamos com a perspectiva de que a “iniciativa” é parte da nossa tradição, e que a população falha neste aspecto, fazendo com que seja vista como passiva

<sup>18</sup> “A categoria de subalterno é certamente mais intensa e mais expressiva que a simples categoria de trabalhador. O legado da tradição gramsciana, que nos vem por meio dessa noção, prefigura a diversidade das situações de subalternidade, e sua riqueza histórica, cultural e política. Induz-nos a entender a diversificação de concepções, motivos, pontos-de-vista, esperanças, no interior das diferentes classes e grupos subalternos” (MARTINS, 1989, p. 98).

<sup>19</sup> O Departamento de Endemias Samuel Pessoa, Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz, desenvolve uma discussão semelhante, embora com origem diferente. Os professores Paulo Sabroza, Luciano M. de Toledo e Carlos H. Osanai propõem a utilização do termo “grupos sociais em vez de “classes sociais” ou “classes trabalhadoras”. A argumentação que vêm utilizando é a de que uma epidemia de dengue, por exemplo, numa cidade como o Rio de Janeiro, pode atingir uma favela, e outra, não, embora as duas favelas sejam compostas de classes trabalhadoras. A diferença estaria na maneira como seus moradores ocupam o espaço e como a água é distribuída. Assim, embora todos os moradores sejam de favelas, representam grupos sociais diferentes. Para evitar a repetição do termo “classes subalternas”, estarei utilizando o termo “população” como palavra substitutiva.

e apática.<sup>20</sup>

## Se sou referência, como chegar ao saber do outro?

Ao relatar as relações de profissionais/mediadores com a população, uma contribuição importante parece ser a de citar o máximo possível a fala desta última, pois tal procedimento permite que outros tenham a possibilidade de interpretar o que está sendo dito. A própria forma de relatar uma experiência indica a concepção de mundo de quem faz o relato. Neste sentido, é possível afirmar que os profissionais e a população não vivem uma experiência da mesma maneira. A forma de trabalho dos profissionais (no partido político, na associação de moradores, na igreja) pode não estar levando isso em conta, principalmente porque o projeto que se desenvolve é provavelmente anterior ao contato com a população.

Um exemplo é o trabalho que o profissional de saúde pública desenvolve com a população moradora das favelas e bairros periféricos. Toda proposta dos sanitaristas pressupõe a “previsão” como categoria principal, pois a própria idéia de prevenção implica num olhar para o futuro. Mas poderia ser levantada como hipótese que estes setores da população conduzem suas vidas através da categoria principal da “provisão”. Com isso se quer dizer que, a lembrança da fome e das dificuldades de sobrevivência enfrentadas no passado, faz com que o olhar principal seja voltado para o passado, preocupado em prover o dia de hoje. Uma idéia de “acumulação”, portanto. Neste sentido, a proposta da “previsão” estaria em conflito direto com a da “provisão”.

É comum a população delegar-nos autoridade para tomar a iniciativa em trabalhos desenvolvidos em conjunto (conselhos municipais e distritais de saúde, zonais de partidos políticos, por exemplo), pois tal atitude coincide com a nossa percepção de que o povo tem pouca autonomia para tomar iniciativa.

É provável que dentro da concepção de que os saberes dos profissionais e da população são iguais, esteja implícita a idéia de que o saber popular mimetiza o dos profissionais. Se a referência para o saber é o profissional, tal postura dificulta a chegada ao saber do outro. Os saberes da população são elaborados sobre a experiência concreta, a partir das suas vivências, que são vividas de uma forma distinta daquela vivida pelo profissional. Nós oferecemos o nosso saber porque pensamos que o da população é insuficiente e, por esta razão inferior, quando na realidade é apenas diferente.

---

<sup>20</sup> “Ao colocar em discussão a questão da visão dos dominantes sobre as favelas, procuramos demonstrar que embutido no interior desse ponto há um outro aspecto metodológico: quem coloca o problema da favela, seja acadêmico ou administrativo, são os próprios construtores das favelas. Neste sentido, os muitos programas propostos pelas autoridades não são, na realidade, propostas, mas respostas às ações dos populares. Com isso, pretendemos ressaltar a atividade onde tradicionalmente são vistas a passividade e a ociosidade” (VALLA, 1986, p. 27).

## O que percebo na fala do outro?

Num debate sobre o fracasso escolar na escola pública do primeiro grau, uma das participantes desenvolveu um raciocínio extraordinariamente simples, mas esclarecedor. Trabalhou com o seguinte pressuposto: embora o professor tenha um livro didático ou notas como referência, faz, na realidade, uma seleção da matéria que oferecerá aos alunos. A seleção que faz, provavelmente, se deve a um domínio maior sobre a matéria, ou, quem sabe, a uma afinidade com algumas idéias a serem oferecidas. Mas o importante é o reconhecimento de que o professor faz uma seleção da matéria, oferecendo alguns pontos e deixando outros de lado.

Os alunos, por sua vez, também fazem uma seleção. A atenção exigida pelo professor não é suficiente para fazer com que tudo seja assimilado pelos alunos. Justamente devido à sua história de vida, alguns pontos são vistos com mais atenção do que outros, fazendo com que alguns sejam retidos e outros, não.

É na hora da avaliação — disse a expositora — que começam os problemas, pois é uma prática comum os alunos não relatarem o que assimilaram, e sim, aspectos decorados do livro didático. Na realidade, a avaliação teria que se basear naquilo que o aluno percebeu da fala do professor, ou da leitura do livro didático, pois é isso que foi retido pelo aluno.

É também assim que se processa a fala do profissional com a população, e vice-versa. De acordo com a formação de cada um, história de vida e vivências de cada dia, faz-se uma leitura do outro, não necessariamente de tudo que o outro fala, mas daquilo que mais chama a atenção, daquilo que mais interessa. O que freqüentemente, para o profissional, é conformismo, pode ser para a população uma avaliação rigorosa dos limites de melhoria

Maria Helena de Souza Patto fala das mães dos alunos “fracassados” (PATTO, p. 269). Não foi pretensão da autora fazer uma análise dos discursos das mães. Mas quem se proponha a isso, irá perceber alguns eixos de contradição. A fala das mães tende a reproduzir a fala dos professores, diretores de escolas e administradores escolares, onde um discurso aparentemente técnico e científico explica por que os alunos “fracassam” e não aprendem. Mas é no final do seu próprio discurso que as mães acabam negando a medicalização e individualização do fracasso dos filhos. Ou seja, a contradição é apenas aparente, pois na repetição da fala dos professores, há um momento em que negam o que tinham dito, comparando o desempenho dos filhos em tarefas domésticas, no trabalho precoce ou em brincadeiras com os amigos. Apontam individualmente, ainda que de forma fragmentária, para muitas das determinações institucionais do fracasso dos filhos... pressões relativas à compra do material escolar... agressões físicas e verbais contra as crianças... (PEREGRINO, p. 69).

Certamente a atenção dada à fala das mães permitiu a percepção de um outro discurso dentro do discurso aparentemente repetido. Inversamente, uma postura de desprezo não detectaria o “desdito” na fala das mães. Três falas de moradoras de favelas podem ser esclarecedoras dessa mesma dificuldade dos profissionais em compreender o discurso popular.

A primeira trata de descrever a tuberculose como uma doença hereditária, onde seu tratamento é garantido pelo ar puro, descanso e boa alimentação. Apesar de o médico insistir com os moradores de uma favela que a tuberculose é causada por uma bactéria, e que, hoje, já há medicamento para o seu tratamento, os moradores continuavam a manter sua opinião.

A hipótese popular não desarticula causa e efeito. Associa a má qualidade de vida à repetição freqüente desta doença em seu extrato social. Não separa a doença da dinâmica social em que ela ocorre. Encara-a como fenômeno social. Entende que está na melhoria da sua qualidade de vida, a “cura” social para este mal (PEREGRINO, 1993).

Uma outra moradora de favela declara: “Quem visse o que eu já tive..., minha vida tá boa sim” (CUNHA). Numa outra favela do Rio de Janeiro, um líder comunitário comenta: “Não tem mais problema, pois nossa favela já recebe água duas a três vezes por semana”. A tendência dos profissionais que ouvem essas falas, é entendê-las como conformistas, principalmente para quem tem conhecimento do que significa receber água em casa duas a três vezes por semana (VALLA, 1994). O que cabe destacar é a necessidade de entender melhor as “falas como a da moradora e as alternativas de condução de vida”, que têm como ponto de partida a “leitura e representação de uma história, referenciada em sua experiência de vida e que... oriente sua forma de estar no mundo” (CUNHA).

O que freqüentemente, para o profissional, é conformismo, falta de iniciativa e/ou apatia, é para a população, uma avaliação (conjuntural e material) rigorosa dos limites da melhoria de suas condições de vida. O autor deste trabalho teve muita dificuldade em compreender o sorriso condescendente da liderança da favela quando insistiu com ela que “duas a três vezes por semana” era insuficiente, e que o certo eram 24 horas por dia.

Na mesma conversa com esta liderança, fiz a colocação de que os moradores de favela teriam de reivindicar a presença mais sistemática da Companhia de Água e Esgoto com a devida urgência, e que as associações de moradores não deveriam estar administrando a água no lugar da companhia. Neste momento, utilizei uma discussão teórica desenvolvida na academia sobre os impostos que os moradores de favelas pagam e a obrigação que o Estado tem de devolvê-los sob a forma de serviços (neste caso, água). Meus argumentos foram além: não cabe à associação de moradores preencher o papel da prefeitura ou governo, mas sim, aos moradores organizados reivindicarem os seus direitos. Novamente, o sorriso condescendente e o comentário: “Professor, se nós, mo-



radores, entregássemos a responsabilidade de distribuir água à Companhia de Águas, iria ser o fim da nossa água. Se as favelas têm água, é por causa das associações de moradores, mesmo com todos os seus problemas”. Ou seja, o raciocínio que utilizei era acadêmico, e, diga-se de passagem, correto. Em troca dos impostos pagos, quem tem de oferecer serviços de qualidade é o governo, e não a população fazendo mutirão. A resposta da liderança inverteu a lógica: se não fosse pelo esforço dos moradores, organizados nas associações, não haveria água nas favelas. O que ele queria dizer era que a Companhia das Águas, na realidade, não tem política de distribuição de água para as favelas, mas que as associações de moradores conseguiram “puxar” a água através da sua organização, e que não insistir nesta política, significava abrir mão da água. Ou seja, atrás da fala desta liderança, havia uma resposta teórica para minha proposta teórica: a maioria dos governos federal, estaduais e municipais não estão muito preocupados com os moradores de favelas quando elaboram suas políticas, e somente o esforço dos moradores garante sua sobrevivência.

Nesse mesmo sentido, há estudiosos da questão de participação popular que entendem que, embora haja profissionais preocupados com a necessidade da população organizar-se e reivindicar seus direitos e serviços básicos de qualidade, a tradição dominante no Brasil é a da participação popular, isto é, o convite das autoridades para que a comunidade tenha uma participação mais freqüente. Além disso, muitas vezes, as autoridades querem a participação popular para solucionar problemas para os quais não dão conta. Nesta concepção está embutida a idéia de que o aceite ao convite para participar seria uma forma de os governos se legitimarem. Justamente a descrença da população quanto ao interesse dos governos em resolverem seus problemas, tal como manifestou a liderança da favela, faz com que sua forma de participar seja diferente do que a suposta pelo convite. E embora muitos profissionais sejam sinceros em sua intenção de colaborar com uma participação mais efetiva e de acordo com os interesses populares, a população vê estes profissionais como sendo atrelados às propostas das autoridades que não gozam de credibilidade. Daí, sua aparente falta de interesse em “participar”.

É necessário que o esforço de compreender as condições e experiências de vida como também a ação política da população sejam acompanhados por uma maior clareza das suas representações e visões de mundo. Senão corremos o risco de procurar (e não encontrar) uma suposta identidade, consciência de classe e organização que são, na realidade, uma fantasia nossa (MARTINS).

Quantas vezes se pede para a comunidade manifestar-se numa reunião, como prova do nosso compromisso com a “democracia de classe média”, mas uma vez passada a fala popular, procuramos voltar “ao assunto em pauta”, entendendo que a fala popular foi uma interrupção necessária, mas com certeza, sem conteúdo e valor.

Nas escolas públicas, há professores que detectam que a percepção do tempo para os alunos não corresponde a mesma lógica temporal inscrita na perspectiva histórica com que trabalham na sala de aula. Assim, há um significado que os alunos “atribuem aos acontecimentos inaugurais (o primeiro aniversário, o primeiro ano na escola... e aos fatos cotidianos)” (CUNHA). Novamente, aparece uma contradição aguda, desta vez entre a maneira de “dar ao pequeno fato o acontecimento” e a historiografia marxista, que valoriza “através do conceito de processo as mudanças macroestruturais e as conjunturas político-econômicas” (CUNHA).

### Roteiro para discussão:

1. Procure caracterizar o papel político – pedagógico da pesquisa qualitativa. Qual é a concepção de realidade de Freire?

---

---

---

---

2. Resumidamente, em que consiste o momento da pesquisa qualitativa proposta por Freire? Identifique a importância em cada um desses momentos.

---

---

---

---

3. Que relações podemos estabelecer entre a prática da pesquisa qualitativa, a proposta pedagógica freireana e a prática dos Movimentos Sociais?

---

---

---

---